

POLÍTICA LINGUÍSTICA E POLÍTICA PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE INTERSEÇÃO TEÓRICA

Marina Mello de Menezes Felix de Souza
(UFF/CAPES)

Telma Cristina de Almeida Silva Pereira
(UFF)

RESUMO

Neste artigo propomos uma interseção teórica que reúne conceitos provenientes de duas grandes frentes de pesquisa política, a saber, o campo das políticas públicas e o campo das políticas linguísticas. O termo Política Linguística encontra-se ligado a abordagens que envolvem decisões relativas ao domínio das línguas e da sociedade, não precisando ser, necessariamente, de natureza oficial (HAUGEN, 1959; CALVET 1996, 1997, 1999, 2002a, 2002b; COOPER, 1997; BLANCHET, 2014; ROBILLARD, 1997; BOYER, 1996; CHAUDENSON, 1996; SOUZA, 2013). Os estudos sobre políticas públicas, por sua vez, abarcam as investigações oriundas de setores da economia, administração pública, saúde, meio ambiente etc., desde que oficializados por meio de leis e decretos governamentais (SOUZA, 2012; AZEVEDO, 1997; OZGA, 2000; MAINARDES, 2006; MACHADO, 2012; FREY, 2000). Dessa forma, postulamos que ambas as correntes teóricas relacionam-se e dialogam entre si.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública; política linguística; interseção teórica.

1. Introdução

Este artigo propõe que observemos de mais perto a estreita relação entre dois campos teóricos que têm, por sua vez, uma conexão direta com as políticas educativas referentes às línguas: estamos falando aqui dos conceitos de política pública e de política linguística.

Apesar de gerados por distintos autores e em épocas diferentes, os estudos sobre política pública e política linguística, em um dado momento, se desenvolveram concomitantemente. A política pública está diretamente ligada à elaboração, à formulação e à análise de propostas e programas presentes no espaço político, permeando a sociedade e agindo sobre esta (SOUZA, 2012; AZEVEDO, 1997; OZGA, 2000; MAINARDES, 2006). Por sua vez, a política linguística constitui-se de escolhas relativas ao uso da(s) língua(s) na sociedade. Essas escolhas podem ser pensadas e planejadas de diferentes formas (HAUGEN, 1959; CALVET, 1996; COOPER, 1997). Dessa forma, as políticas linguísticas podem-se relacionar não apenas às leis e aos decretos estaduais e municipais, como também às ações não governamentais.

Podemos perceber que essas duas áreas constituem-se de decisões tomadas no âmbito da sociedade. Porém, enquanto a área de políticas linguísticas considera as ações que se desenvolvem sem uma oficialização governamental, a área de políticas públicas concebe como política apenas as implementações que têm como agente principal o Estado.

Ao pensarmos na história das políticas públicas brasileiras, perceberemos que estas foram consequência de configurações político-administrativas ao longo da história. Configurações estas caracterizadas pela oscilação de centralização e descentralização do poder no país, aspecto que se encontra marcado na construção de suas Constituições. A Constituição é a lei Magna e principal referência no que tange à delegação de poderes a órgãos e governos públicos, perpassando sua jurisdição também a elaboração das mais diversas políticas públicas (MORAES, 2006).

No presente artigo, defendemos a ideia de que a história das áreas de políticas públicas e de políticas linguísticas se interseccionam e que ambas possuem uma estreita relação com as políticas educativas.

2. Políticas públicas e políticas linguísticas: entrecruzando conceitos

A política pública como área científica nasceu nos Estados Unidos, em 1936, com H. Laswell, quando, por meio da expressão *policy analysis*, traduzida por “análise de política pública”, tentou criar uma proposta que viesse a estabelecer uma ponte entre o conhecimento acadêmico e a produção governamental (SOUZA, 2012). Além de H. Laswell, outros nomes são apontados como fundadores de conceitos centrais na área de políticas públicas, são eles: H. Simon, C. Lindblom e D. Easton (TUDE, 2011).

A intervenção do Estado nas línguas, impondo modificações em sua forma e *status*, é um fato corrente desde que há registro de governos e idiomas. É a partir dos anos 1950, entretanto, que os estudos nessa área começaram a surgir conforme os temos hoje, seguindo o binômio “política linguística e planejamento linguístico”, em que o primeiro trata das medidas institucionais e o segundo, das ações para colocá-las em prática (CALVET, 1993).

Os termos política linguística e planificação linguística aparecem em documentos apenas após o surgimento do conceito de *policy analysis*. Registros datam seu aparecimento na sociolinguística no final da década de 50 e início da década de 60, concomitantemente ao real estabelecimento da política pública como área de estudos.

Cooper (1997) aponta que a planificação linguística não é a primeira expressão que apareceu nos estudos publicados sobre o tema. Anterior a esta, Miller (1950) utilizou-se do termo “engenharia linguística”. Encontramos os termos *language planning* sendo utilizado apenas em 1959, por Einar Haugen, baseado em um texto de Uriel Weinreich. Nessa publicação, a planificação foi definida a partir da proposta de elaboração de uma ortografia normativa, de uma gramática e de um dicionário para orientar o uso oral e escrito de uma comunidade linguística não homogênea na Noruega. Posteriormente, em 1966, Haugen considerou que essas atividades não abrangiam o todo da significação de planificação linguística, mas somente seus resultados, ou seja, parte da prática das tomadas de decisões adotadas pelos planificadores linguísticos.

É interessante notarmos que, nos anos 60, uma crise econômica apontou para a necessidade de haver um entendimento acerca da regulação forjada pelo mundo capitalista, o que fez com que, durante a década

de 60 e 70, uma extensa produção teórica surgisse no campo da tradição Marxista e no Liberalismo, influenciando a área de políticas públicas (AZEVEDO, 1997).

Ao mesmo tempo, durante esse período, grandes nomes da linguística, tais como Bright, Labov, Gumpers e Hymes utilizaram-se do termo *language planning*; e outros, como Fishman, Ferguson e Kloss, desenvolveram-no, aprofundando a área de políticas linguísticas.

O vocábulo *language policy*, traduzido por política linguística, aparece sendo citado por Fishman, Ferguson e Dasgupta (1968) e utilizado, posteriormente, por Fishman (1970), Ninyoles (1975) e outros, somente após a expressão *language planning*. Ainda nos anos 70, no Canadá, sob a influência do linguista Jean-Claude Corbeil, temos a utilização do termo *aménagement linguistique* (reforma linguística). A preferência por esse termo pelos canadenses pode ser explicada pelo fato de Corbeil participar ativamente naquele momento da elaboração da Lei 101, ou Carta da Língua Francesa. Essa Carta estabelece o francês como língua oficial do Québec e obriga todas as esferas dos poderes público e privado a adotarem o francês como língua principal ou única.

Ao analisarmos os aspectos relevantes na área de políticas linguísticas, no que tange à historicidade dos anos 60, 70 e 80, observamos claramente certas modificações e o crescimento da abrangência dos conceitos ligados a ela. Levando em consideração o apanhado de 12 definições entre os anos de 1969 até 1983, feito por Cooper (1997), percebe-se que, até meados dos anos 80, em geral a definição de planificação linguística estava vinculada quase que exclusivamente à prática da mudança de um idioma. Calvet (1996) justifica essa centralização conceitual pelo fato de a linguística estrutural ainda estar muito próxima aos sociolinguistas, o que faz com que, apesar dos avanços, teóricos do planejamento linguístico se interessem apenas pela padronização, pelas melhorias e pelos problemas de forma da língua. Esse padrão de reflexão modificou-se ao longo do tempo e hoje as políticas linguísticas envolvem todas as decisões acerca da relação entre línguas e sociedade.

O termo “glotopolítica” foi proposto, em 1986, pelos sociolinguistas franceses Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin, para aludir a toda ação de gestão da interação linguística na qual a sociedade intervém. Os autores do termo preconizavam que o mesmo, ao contrário do termo “política linguística”, não fomentaria uma concepção unilateral dos fatos linguísticos, evitando assim abordar a língua fora de suas práticas.

No entanto, acreditamos que esses termos são sinônimos, eles refletem posicionamentos políticos dos linguistas que os elaboraram. A seguir, apresentaremos os conceitos de política pública e de política linguística, bem como a relação entre os mesmos.

3. Políticas públicas e políticas linguísticas

O conceito de política pública apresenta diferenças conforme sua origem americana ou europeia, apesar de seu berço acadêmico ser considerado os Estados Unidos. No país americano, essa diferença era marcada pelo fato de ela ter nascido no seio da academia e de dar maior primazia, desde o princípio, à produção e à ação dos governos, e não à análise do papel que o Estado e o governo desempenhavam, como ocorria na Europa. Partindo dessa premissa, Souza (2012) propõe uma distinção entre política pública e política social. Ainda que ambas façam parte de um campo multidisciplinar, a autora destaca que a distinção estaria no foco e no objetivo primário da pesquisa.

Dessa forma, a política pública nasceria diretamente do meio acadêmico norte-americano e, como tal, procuraria explicar a natureza da política analisada e seus processos, concentrando-se em responder questões ligadas ao “porquê” e ao “como”. Esses questionamentos também pontuam os estudos em política linguística de Cooper (1997). Já a política social teria suas raízes fincadas nos estudos europeus, preocupando-se em discutir o Estado do bem-estar social, sua origem e suas consequências.

A política pública desdobra-se também no âmbito educacional como políticas linguísticas educativas. O conceito de política linguística educativa desenvolveu-se, precipuamente, nos anos 1990 e expandiu-se ao longo da primeira década do século XXI. Seus estudos compreendiam tanto as políticas de ensino e de uso das línguas nos sistemas educativos, principalmente públicos e oficiais, quanto o conjunto de problemáticas de uma educação cívica para o multilinguismo e para a alteridade linguística (BEACCO; BYRAN, 2003).

No quadro abaixo, apresentamos uma síntese de definições acerca do conceito de políticas públicas (PP) inventariadas por Souza (2012) e por Azevedo (2003), e propomos uma correlação com as definições de políticas linguísticas (PL):

Política Linguística como Política Pública

| DE FINIÇÃO/AUTOR PP | DIALOGO COM PL |
|--|--|
| Políticas Públicas são "...decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz." (H. D. Laswell, 1936). | Cooper (1997, p. 43; 70) propõe examinar a planificações por meio das seguintes perguntas: "quem planifica o quê, para quem e como?" |
| Políticas Públicas constituem-se de "decisões que dependem de relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio... as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise" (LINDBLOM, 1959, citado em SOUZA, 2006, p. 2). | "Se uma política linguística pode vir a ser formulada por qualquer pessoa ou grupo, a passagem ao ato, chamada de planificação linguística, implica um poder político, uma relação transitiva nas situações. Ou seja, não é suficiente querer intervir na forma ou no <i>status</i> de uma língua, é necessário também possuir os meios, ou obter os meios" (CALVET, 2013, p. 217). |
| Política Pública é "...uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas". (T. LOWI, 1964). | "...políticas linguísticas se referem aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne à aquisição, estrutura ou alocação funcional de seus códigos linguísticos" (COOPER, 1989, p. 45). |
| "...um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos" (L. E. LYNN, 1980). "...política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões..." (AZEVEDO, 2003). "...o que o governo escolhe fazer ou não fazer..." (T. D. DYE, 1984). | Tipologias de Chaudenson (1996, p. 120 e 121): - Política com planejamento: política ideal, em que a decisão é tomada pela instituição e todas as ações cabíveis para que essa política linguística se instale são realizadas. Para que isso ocorra, é essencial que haja uma estrutura articulada entre quem decide e a sociedade; - Nem planejamento nem política: as línguas seguem o seu fluxo natural, sem qualquer tipo de intervenção por escolha do governo. |
| "...é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos" (B. G. PETERS, 1986) | "...a política linguística, determinação das grandes escolhas no domínio da relação entre as línguas e sociedade, e a sua aplicação prática, a planificação linguística..." (CALVET 1996, p. 3). |
| "...campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas..." (L. M. MEAD, 1995) | "A formulação de políticas linguísticas envolve as decisões relativas ao ensino, ao uso do idioma e sua elaboração metódica pelas autoridades pertinentes..." (MARKEE, 1986, p. 8 citado em COOPER, 1997, p. 43). "Cabe definir a planificação linguística como uma atividade consciente que se realiza ...com a autorização do governo... objetivando resolver problemas de comunicação" (Weinstein, 1980, citado em COOPER, 1997, p.43) |

Observamos que a definição de políticas públicas dá exclusividade à ação governamental, esquecendo-se de outros atores sociais envolvidos na efetivação e mesmo na criação de qualquer política.

Por centrar seus estudos no campo da ação e da proposição de sugestões, é possível considerarmos o conceito de políticas públicas em dois planos diferenciados, o mais geral e o mais concreto. O plano mais geral corresponderia a um plano mais abstrato, em que se encontram as “estruturas de poder e de dominação, os conflitos infiltrados por todo o tecido social e que tem no Estado o locus da sua condensação.” Já o plano concreto corresponderia à consideração dos recursos de poder operantes “na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente” (AZEVEDO, 1997, p. 5-6).

Refletindo sobre as definições presentes no campo das políticas linguísticas, com o surgimento do termo planificação linguística, percebemos que a abrangência da área vai-se modificando, assim como o seu foco de interesse é alargado. Até os anos 80, quando o binômio Política e Planificação Linguística aparece, a definição estava atrelada a aspectos relacionados à normatização da língua, devendo ter um caráter oficial. Nos anos 90, o conceito passa a abarcar qualquer relação existente entre a língua e a sociedade como um todo, sendo ou não reconhecido e documentado pelo governo.

Desse modo, ao considerarmos a política linguística como uma forma de política pública, levaríamos em conta a necessidade da oficialidade descrita por esse campo de análise. Todavia, tendo em mente que a área de políticas linguísticas evoluiu, pretendendo abranger ainda as decisões que se estabelecem no seio da sociedade e não só as de âmbito governamental, ou seja, de caráter oficial, a mesma não deve ser descartada.

4. A política linguística como política pública

Percebemos que na política linguística há também política, e as intervenções sobre as línguas têm um caráter evidentemente social e político. É fato que a política nada é sem o planejamento que efetive a vivência da comunidade, em sentido local, seu conhecimento, sua valorização e seu respeito pela sociedade em geral, considerando que o mundo linguístico é indissociável do mundo como um todo, isto é, de todos os demais aspectos da realidade humana.

Por esse motivo, concordamos com o linguista Louis-Jean Calvet quando ele descreve as políticas linguísticas como sendo as determina-

ções das “grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2002, p. 145). Esse conjunto de determinações são escolhas conscientes que surgem da necessidade de se gerenciarem conflitos e problemas de um contexto multilíngue permeado por diferentes interesses presentes na esfera pública. Ora, isto nada mais é do que uma política pública que, por meio de um agente que pode ser o Estado, busca tentar intervir numa realidade linguística que foi problematizada no meio social, alterando os rumos de uma determinada situação linguística.

Uma intervenção política pressupõe uma reflexão atenta anterior à implementação, o que se diferencia no que cada área vem a chamar de planejamento. Para o ramo das políticas públicas, o planejamento refere-se ao ato de planejar, algo inerente ao pensamento humano e que se materializa na forma de um plano ou planejamento, ou seja, um proceder sustentado pela reflexão sobre as diferentes possibilidades de ação (MACHADO, 2012). Já para o âmbito das políticas linguísticas, o planejamento, também chamado de planificação, é a implementação da política linguística em si, ou seja, a passagem da escolha à prática propriamente dita (CALVET, 2002).

A distinção entre o binômio política e planificação linguística é utilizada por autores como Calvet (1996), H. Boyer (1996), entre outros. Entretanto outros preferem empregar o termo política linguística como sinônimo de planificação, ainda que com mais frequência se faça referência aos objetivos desta última (COOPER, 1997). Além disso, encontramos atualmente diversas definições ligadas ao conceito de política e planificação, como o termo canadense “reforma linguística”, que para muitos é o sinônimo de política (ROBILLARD, 1997, p. 229), e o termo glotopolítica (GUESPIN, 1985, p. 21-23).

5. Tipologias das políticas pública e linguística

Hodiernamente, é possível encontrarmos uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas, conceitos e tipologias tanto no campo de políticas públicas quanto no de políticas linguísticas.

Acreditamos que um arcabouço das propostas presentes em ambas as áreas se torna interessante por possibilitar uma reflexão mais abrangente sobre as diferentes formas que uma política pode adotar, bem como uma análise mais aprofundada em decorrência de diferentes pontos de vista sobre um mesmo objeto.

Azevedo (1997) tipifica os estudos e as abordagens em políticas públicas a partir de três paradigmas: os liberais, os marxistas e os funcionalistas. O autor destaca as diferentes contribuições para a política educacional, aqui vista como uma política pública de cunho social. Assim, sua subdivisão perpassa a abordagem neoliberal; a teoria liberal moderna, transcorrendo a abordagem pluralista e a social democrata; e a abordagem marxista.

Souza (2012), por sua vez, aponta os principais conceitos e tipologias presentes nos modelos de políticas públicas, com o intuito de entender e responder questões ligadas ao “porquê” de certas decisões governamentais serem tomadas e ao “como” as ações dos governos irão afetar a comunidade envolvida e a vida dos cidadãos.

Frey (2000) propõe uma síntese de diferentes abordagens, resumindo-as em três tipos: (a) uma abordagem que propõe um questionamento referente ao sistema político e à ordem política correta para se alcançar um bom governo e a felicidade dos cidadãos e da sociedade; (b) aquela que questiona e analisa as diferentes forças políticas imprescindíveis ao processo decisório; e (c) aquelas que objetivam examinar ou avaliar os resultados que um sistema político está produzindo.

O autor atenta para a abordagem de ciclos (policy cycle), a qual pressupõe que toda política pública possui uma sequência de passos, incluindo também a avaliação dessas próprias políticas, mesmo que na prática os atores político-administrativos dificilmente a sigam. Com esse objetivo avaliativo, Stephen Ball e Richard Bowe criaram três facetas iniciais que compunham o ciclo de uma política pública. São elas: a política proposta, a política de fato e a política em uso (MAINARDES, 2006). A política proposta seria aquela oficializada pelo governo, a qual se relacionaria com as diferentes intenções dos que se encontram envolvidos na implementação e nos contextos em que ela emerge. A política de fato se refere à constituição dos textos políticos e legislativos que dão forma à proposição, sendo esta a base inicial para a prática. A política em uso diz respeito aos discursos e práticas relativas aos processos de implementação da política pelos profissionais envolvidos no campo da ação prática.

A Abordagem de Ciclos vê a política pública como um ciclo deliberativo, constituído por um processo dinâmico e de constante aprendizado, composto pelos “estágios de definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (SOUZA, 2012, p. 74). Percebemos nessa abordagem, que divide

as diferentes fases do processo político administrativo, uma perspectiva útil para a apreciação de políticas linguísticas já implementadas, assim como o seu impacto na sociedade.

Já no âmbito das políticas linguísticas, Rousseau (2015), assim como Calvet (1996; 1999; 2002a e 2002b), também subdivide as intervenções ligadas ao domínio das ingerências linguísticas em duas esferas: políticas linguísticas de caráter iniciativo e políticas linguísticas de caráter obrigatório. A primeira refere-se aos casos em que a autorregulação se apoia em práticas chamadas de naturais, ou seja, práticas oriundas dos comportamentos dos locutores; já a segunda alude aos casos em que se recorre, na grande maioria das vezes, a medidas legislativas. Refletindo sobre as proposições desses autores, podemos dizer que as políticas linguísticas in vivo correspondem às políticas linguísticas de caráter iniciativo, e as políticas linguísticas in vitro, às políticas linguísticas de caráter obrigatório.

As políticas linguísticas in vitro, ou de caráter obrigatório, equivaleriam ao que de fato a área de políticas públicas busca investigar. Por centrar seu estudo no âmbito governamental, ou no seu agente principal, o Estado, esses politicistas veem na formulação de políticas públicas um estágio em que os “governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Para eles, essa política adquire um grau de seriedade maior por repercutir diretamente na economia e na sociedade, algo que não deve ser desmerecido (SOUZA, 2012, p. 69-70). Contudo, apesar de acreditarmos na real importância da política pública oficializada, não deixamos de perceber que as ações oriundas de práticas sociais também são capazes de trazer consequências significativas para a sociedade, chegando a tornar-se, algumas vezes, políticas oficializadas pelo Estado.

Outro tipo de intervenção que surge no seio da discussão sobre tipologias de políticas linguísticas é a exposta por Souza (2013), ao trabalhar com a questão da internacionalização das universidades e o programa Ciências sem Fronteiras (CsF). Chamadas de políticas linguísticas universitárias, ela ocorreria unicamente no contexto diferenciado da universidade, quando as decisões se constituem numa:

Prática social e surgem da escolha de indivíduos sem interferência do Estado quanto ao estabelecimento de decretos ou leis, possuem editais e legislações próprias publicadas, planejadas e aprovadas previamente por um gabinete oficial atuante somente no território universitário local (SOUZA, 2013, p. 27-28).

Chaudenson (1996), no resumo de uma comunicação realizada na Universidade de Provence, ainda fala sobre as variadas formas que uma política pode adotar. Propondo a inserção de três níveis ligados à gestão das situações linguísticas, esse autor afasta-se, até certo ponto, da clássica dicotomia política e planificação, por englobar o conceito canadense de reforma linguística de uma maneira diferenciada. Para ele, a política consiste na tomada de decisões supranacionais ou nacionais ligadas a decisões sobre as línguas; a planificação constitui-se da definição e da prática dos objetivos quanto ao estabelecimento da organização necessária à efetivação de decisões definidas pela política; e a reforma define-se pela ação concreta das medidas definidas no quadro da política e programadas no que vem a se chamar planificação.

Cooper (1997) também nos fornece uma tipologia interessante das diferentes formas de uma política linguística ser planificada. Em sua visão, existiriam três tipos de planificação linguística: a formal, a funcional e a de aquisição de língua. A planificação formal seria composta por intervenções na forma da língua, modificando formas já existentes e selecionando novas entre várias formas alternativas de um código oral ou escrito. Nesse âmbito, seriam incluídas atividades como a cunhagem de novas palavras, a reforma da ortografia e a adoção de um novo sistema de escrita, que poderiam se acomodar em categorias primárias tradicionais (representação gráfica/normatização/modernização) e uma categoria chamada de principal (renovação).

A planificação funcional realizaria mudanças no status da língua, tendo como objeto as mudanças no sistema de fala, as funções de uma língua, seu uso e a organização dos recursos linguísticos de uma comunidade. Esse tipo de planificação linguística seria dividido de acordo com as funções exercidas no objeto, sendo elas oficial, provincial, comunicação comunitária, internacional, capital, grupal, educacional, como assinatura, literária, religiosa, entre outras.

A planificação de aquisição de língua “consiste em atividades organizadas para promover a aprendizagem de uma língua” (COOPER, 1997, p. 187). Esse tipo de planificação seria diferenciado segundo dois critérios: o objetivo manifesto da planificação linguística e o método empregado para alcançá-lo.

O objetivo manifesto da planificação linguística incluiria as atividades ligadas à aquisição de uma língua estrangeira, a reaquisição de uma língua tida como vernácula ou com uma dada função especializada

por uma população e o manutenção da língua. Já os meios empregados para alcançar esse objetivo abarcariam os encaminhamentos utilizados para criar ou aumentar as oportunidades de aprendizado e o incentivo para que este ocorra, os quais se podem dar de forma direta (em sala de aula, por meio de material autodidático na língua em questão, e com a produção de literatura, periódicos e programas de rádio e televisão em versões simplificadas da língua) ou indireta (ações para moldar a língua materna do aluno de forma a torná-la similar ao que se deseja ensinar) (COOPER, 1997).

Acreditamos que todas as três planificações (formal, funcional e de aquisição) têm a mesma importância. No entanto, a última destaca-se por, na instrução direta, aumentar a consciência da importância do papel social da escola.

Os planejadores tratam de promover a aquisição de uma segunda língua ou uma língua estrangeira, em geral recorrem ao sistema escolar. As escolas têm mais possibilidades de lograr esse objetivo se empregam a língua como meio de instrução [...] (COOPER, 1997, p. 191).

6. Considerações finais

Este artigo foi escrito com a finalidade de refletirmos sobre a relação entre o campo de pesquisa da Política Pública e da Política Linguística, por acreditarmos que teóricos de ambas as áreas poderão usufruir dessa proposta de interseção teórica para futuras análises e embasamentos de pesquisa.

Conforme pudemos notar no decorrer do texto, o binômio política e planificação linguística aparece apenas após o conceito de policy analysis (análise de política pública). Todavia, apesar dessa pequena diferença temporal, ambas as teorias se desenvolveram simultaneamente, perpassando os períodos de crise da sociedade humana e adequando-se e evoluindo de acordo com o contexto em que se encontravam.

O campo de políticas públicas como área de pesquisa surgiu nos anos 30 e, desde o seu nascimento, sua definição foi atrelada à análise de textos oficializados, ou de âmbito governamental, o que não se modificou. As pesquisas sobre políticas linguísticas de alguns autores apontam para esta necessidade de se analisar o que é de caráter oficial, apesar desse fato ter-se modificado drasticamente ao longo dos anos na visão de todos os pesquisadores da área.

Além desse fator, é possível observamos claramente o diálogo de proposições de análise, como ocorre com as questões em política pública de H. D. Laswell, escrita em 1936, “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2012), e as perguntas propostas por Cooper (1997) para a aferição de uma planificação linguística, ou política linguística: “quem planifica o quê, para quem e como?”.

Isto posto, alvitramos aqui o encontro de duas perspectivas teóricas que reúnem conceitos provenientes de duas esferas multidisciplinares de pesquisa. Estamos convencidos de que, com essa proposta, ambas as áreas poderão se beneficiar da complementação e potencialização da elaboração, formulação e avaliação de textos e decisões oficializadas ou não em que a língua afete a sociedade direta ou indiretamente.

LANGUAGE POLICY AND PUBLIC POLICY: A THEORETICAL INTERSECTION PROPOSAL

ABSTRACT

This paper proposes a theoretical intersection that brings together concepts from two important fields of policy research: public policies and language policies. Language Policy is connected to approaches that involve decisions about the domain of language and society, and officiality is not necessarily required here (HAUGEN, 1959; CALVET 1996, 1997, 1999, 2002a, 2002b; COOPER, 1997; BLANCHET, 2014; ROBILLARD, 1997; BOYER, 1996; CHAUDENSON, 1996; SOUZA, 2013). Researches about public policies cover studies over sectors of the economy, of public administration, health, environment, etc., if they are formalized through laws and governmental decrees (SOUZA, 2012; AZEVEDO, 1997; OZGA 2000; MAINARDES, 2006; MACHADO, 2012; FREY, 2000). Thus, we argue that both theoretical perspectives are connected, interacting with each other.

KEYWORDS: Public policy; language policy; theoretical intersection.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas. São Paulo: Editora Autores Associados, 1997.

BEACCO, J-C; BYRAM, M. **Guide pour l'élaborations des politiques linguistiques en Europe**: de la diversité linguistique à l'éducation plurilingue. Division de politiques linguistiques. Conseil de l'Europe, Strasbourg, 2003.

BLANCHET, Philippe. La nécessaire évaluation des politiques linguistiques entre complexité, relativité et significativité des indicateurs. In: BLANCHET, Philippe. **L'analyse des pratiques d'évaluation des politiques linguistiques: une entrée pour l'étude des politiques linguistiques**. Les Cahiers du GEPE, N°1/

2008. Disponível em: <<http://www.cahiersdudgepe.fr/index898.php>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BOYER, Henry. **Sociolinguistique**. Territoire et objets, Lausanne, Delachaux et Niestlé. 1996.

CALVET, Louis-Jean. **Les politiques linguistiques**. Paris: PUF, 1996.

_____. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris: Hachette Littératures (Pluriel), 1999, p.155-160.

_____. **Sociolinguística, uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Le marché aux langues**: Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris: Plon. 2002a.

_____. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002b.

_____. **Mondialisation, Langues et Politiques Linguistiques**: le versant linguistique de la mondialisation. In.: DE BARROS, Maria Lúcia Jacob; BARBOSA, Márcio Venício; ROCHEBOIS, Christianne Benatti (Org.). *Recherches en didactique des langues étrangères – Thèmes majeurs / Pesquisas em didática de línguas estrangeiras – Grandes temas*. Ed. Bilíngue. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2013.

CHAUDENSON, Robert. **Politique et aménagement linguistiques**. Des concepts revisités à la lumière de quelques expériences. Les politiques linguistiques, mythes et réalités. In : Caroline Juillard et Louis-Jean Cavet, dir. *Premières Journées scientifiques du Réseau thématique de recherche sociolinguistique et dynamique des langues*. Montréal: AUPELF/UREF, 1996, p.115-126.

COOPER, Robert L. **La planificación lingüística y el cambio social**. Cambridge University Press, 1997.

FISHMAN, Joshua A.; FERGUSON, Charles A.; GUPTA, Jyatirindra Das. **Language problems of developing nations**. 1968. Disponível em: <http://language-management.ff.cuni.cz/system/files/documents/Neustupn%C3%BD%20Language%20Problems_1968.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)*, Brasília, 21, 211-259, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em : <<http://www.pgdef.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202015/ELS/FM-KLAUS%20FREY%20%20FM%202.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

HAUGEN, Einar. **Planning for Standard language in modern Norway**. Anthropological Linguistics 1(3). 8-21, 1959.

_____. **Language conflict and language planning: the case of modern Norwegian**. 1966.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

MACHADO, Jane. **Políticas públicas e direitos sociais: Tropeços da democracia em tempos de cidadania**. In: NAJJAR, Jorge. Políticas públicas em educação (e outra nem tanto): cidadania, trabalho docente e identidade. Niterói: Interexto, 2012. p.11-20.

MAINARDES, Jefferson. **A abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n.94 , p.47-49, jan/abr 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 dez. 2015.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre políticas educacionais**. Portugal: Porto Editora, 2000.

ROBILLARD, Didier de. Articles « Action linguistique » (20), Aménagement linguistique » (36-41), « Corpus » (102), « Évaluation » (151-152), « Planification » (228-229), « Politique linguistique » (229-230), « Statut » (269-270). In : MOREAU, Marie-Louise (éd.), **Sociolinguistique, concepts de base**, Sprimont (B), Mardaga, 1997.

ROUSSEAU, Louis-Jean. **Élaboration et mise en oeuvre des politiques linguistiques**. Office québécois de la langue française. Québec. Disponível em: <<http://www.rifal.org/cahiers/rifal26/CRF-26-06.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 26 nov. 2015

_____. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2012.

SOUZA, Marina Mello de Menezes Felix de. **A avaliação da política linguística para o ensino de língua estrangeira: o impacto linguístico no programa**

Ciências sem fronteiras. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

TUDE, J. M. Conceitos gerais de políticas públicas. In: _____; FERRO, D. dos S.; SANTANA, F. P. **Políticas Públicas**: Curitiba: IESDE BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>>. Acesso em 10/11/12>. Acesso em 12 de dez. 2011.

Recebido em: 08 de fevereiro de 2016

Aceito em: 25 de março de 2016